



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL  
SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-006999.989.20-5



**22ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2023, NO AUDITÓRIO "PROFESSOR JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO".**

**PRESIDENTE E RELATOR** – Conselheiro Renato Martins Costa

**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** – José Mendes Neto

**SECRETÁRIO SUBSTITUTO** – Alexandre Teixeira Carsola

**PROCESSO** - TC-006999.989.20-5

**PREFEITURA MUNICIPAL:** São Luiz do Paraitinga.

**EXERCÍCIO:** 2021.

**PREFEITA:** Ana Lúcia Bilard Sicherle.

**PROCURADOR DE CONTAS:** Rafael Antonio Baldo.

**FISCALIZAÇÃO ATUAL:** UR-14.

**PRESIDENTE E RELATOR** – Senhores Conselheiros, Procurador do Ministério Público de Contas e senhor Secretário-Diretor Geral. Relato o **item 31**. Cuidam os autos do exame das Contas da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, relativas ao Exercício de 2021.

(RELATÓRIO JUNTADO AOS AUTOS)

Os números são aceitáveis, como Vossas Excelências podem verificar.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA-DIRETORIA GERAL**  
**SDG-1 - TAQUIGRAFIA**  
**NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-006999.989.20-5**



Contestou-se a concessão de RGA incidente sobre os vencimentos dos servidores do Executivo, de 5,25%, por meio de Lei Complementar de janeiro de 2021, em desatendimento à vedação imposta pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 173, constituindo uma das falhas que estaria a obstar o juízo favorável sobre a matéria.

Coerentemente com o posicionamento adotado por esta Câmara, nas contas de 2021 da Prefeitura de Turiúba, tratando de situação assemelhada, há de se determinar o envio de cópia dos apontamentos à respectiva Câmara Municipal, para adoção de providências cabíveis.

Relativamente aos precatórios, a Fiscalização apontou a existência de um, no valor de R\$ 16.761,00, sem quitação ou depósito nas contas bancárias do TJ.

Entretanto, depreende-se, do quanto sustentado nas razões de defesa, que o precatório em questão foi efetivamente quitado em 2022, com depósito efetuado na conta do juízo de origem, extinguindo-se o correspondente processo.

Observe que no DEPRE, não havendo débitos anteriores, permitiu-se a excepcionalidade do procedimento para o pagamento em questão.

Na mesma linha do entendimento do Ministério Público de Contas, entendo que essa falta possa ser afastada. Os demais aspectos suscitam a emissão de recomendações.

Com a ATJ-Econômica, voto pela emissão de parecer favorável, com o oficiamento já explicitado em relação ao RGA.

Em discussão. Para discutir, Conselheira Cristiana de Castro Moraes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL  
SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-006999.989.20-5



**CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES** – Senhor Presidente, estou com um processo similar a esse, em que estou analisando a questão do RGA. Vou pedir vista só para voltar mais ou menos próximo.

**CONSELHEIRO ROBSON MARINHO** – Excelência, o Presidente não vai fazer a remessa ao Ministério Público.

**PRESIDENTE E RELATOR** – Não, eu me limitei no envio à Câmara.

**CONSELHEIRO ROBSON MARINHO** – No voto, ele se limitou a enviar à Câmara Municipal, não ao Ministério Público, porque não foi declarada situação de emergência na Cidade.

**PRESIDENTE E RELATOR** – No caso aqui, o julgamento vai ser da Câmara.

**CONSELHEIRO ROBSON MARINHO** – Sim, vai ser da Câmara.

**CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES** – Mesmo assim, eu gostaria de analisar a questão do RGA.

**PRESIDENTE E RELATOR** – Perfeitamente. Vista à Conselheira Cristiana de Castro Moraes no item 31.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL  
SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-006999.989.20-5



**DECISÃO CONSTANTE DE ATA:** Havendo o Conselheiro Renato Martins Costa, Presidente e Relator, votado pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, relativas ao exercício de 2021, com oficiamento à Câmara Municipal, encontrando-se o processo em fase de discussão, foi o seu julgamento adiado, na forma regimental, por pedido de vista da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, conforme exposto nas **correspondentes notas taquigráficas**, inseridas aos autos.

Taquígrafo: Nicomedes